

“Históricos” jogam tudo contra 5 anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ulysses Guimarães e o ministro Aureliano Chaves começaram a sofrer desde a semana passada verdadeira blitz por parte dos históricos do PMDB e dos dissidentes do PFL. Foram procurados em suas residências por deputados e senadores de seus partidos, que, sem a menor coordenação entre eles, desenvolveram o mesmo raciocínio: ou cruzam o Rubicão, em cujas margens já se encontram, ou estão condenados a ter suas carreiras políticas encerradas, pelo esfacelamento de seus partidos e a pulverização de suas lideranças. No caso, a travessia significa o acoplamento de ambos à tentativa de realização de eleições presidenciais este ano, pela aprovação do artigo 4º das disposições transitórias do projeto de nova Constituição, versão da Comissão de Sistematização. Aquele artigo estabelece que o mandato do presidente José Sarney se encerrará em 15 de março de 1989, isto é, impõe a realização, antes, de eleições presidenciais diretas.

Ulysses foi procurado por Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco, José Richa, Franco Montoro e outros “históricos”, em oportunidades distintas. Aureliano recebeu sugestões neste sentido de Marco Maciel e de Lúcio Alcântara, entre outros. Os argumentos, transmitidos em tom emocional, foram de que ambos detêm a chave da unidade de suas respectivas legendas. Não haverá divisão no PMDB nem no PFL, caso, à promulgação da nova Constituição, sigam-se as campanhas eleitorais. Os dois são, obviamente, os candidatos maiores de cada partido, mas suas chances só existirão se as eleições se realizarem este ano. Agindo para mobilizar os companheiros, com uma simples palavra ou recomendação nesse sentido, teriam condições de ver a metade mais um dos constituintes inclinar-se em favor do artigo 4º. Apesar do trabalho que o governo desenvolve nas bancadas constituintes, até utilizando os mesmos métodos de um mês e meio atrás, quando garantiu maioria para os cinco anos de mandato para todos os presidentes da República, a questão não estaria plenamente decidida. Uma tomada de posição de Aureliano e Ulysses, cada qual em seu âmbito de influência, serviria para virar o jogo. Os quatro anos de mandato para Sarney teriam condições de ser fixados, dependendo exclusivamente de como o parlamentar paulista e o ministro das Minas e Energia se comportassem.

As reações foram diferentes de cada um. Inconclusivas, o que, no íntimo, levará os dissidentes liberais e os históricos peemedebistas a prosseguir na tentativa. Ulysses Guimarães manteve-se uma esfinge, nas vezes em que o tema lhe foi trazido. Ouviu atentamente, não expendeu um comentário sequer. Pelo depoimento de seus interlocutores, mostrou-se mais do que atento às formulações. Sabe, ou melhor, já sabia, que os históricos têm razão pelo menos quando acentuam repousar na imediata campanha presidencial a solução para impedir a fragmentação do PMDB. No íntimo, também não desconhece que sua candidatura à Presidência só teria candidato através de eleições este ano. Imagina dispor de chan-

ces, até razoáveis, tendo em vista que, mesmo chegando em segundo lugar no primeiro turno, poderia inverter o pêndulo e alcançar o primeiro lugar, no segundo. Em especial se seu concorrente fosse Leonel Brizola.

Já Aureliano Chaves recebeu a argumentação de modo diverso. Chegou a irritar-se, no primeiro momento. Sustentou que a Nova República nasceu de seu compromisso com Tancredo Neves. Atuar para a realização de eleições este ano equivaleria a implodir a Nova República. Seria romper com o presidente Sarney, a quem apóia e de quem se julga, inclusive, uma das colunas de sustentação. Falou em sacrifício e em trabalho pelo País, acima dos interesses pessoais, demonstrando preocupação com a realidade. Reconheceu, porém, a precariedade do quadro e repetiu o que, semanas atrás, havia dito ao repórter: estamos deixando de ser uma nação, caminhamos para a desagregação social e nos transformamos rapidamente num aglomerado de corporações distintas, onde cada categoria vislumbra apenas os seus interesses. Isso também não é a Nova República.

Aureliano sabe, tanto quanto Ulysses Guimarães, que o tempo reduzirá suas possibilidades de tornar-se o sucessor do presidente José Sarney. Não dispõe de uma base geográfica estabilizada, na medida em que Minas Gerais se encontra dividida, com a maior parte do eleitorado em mãos do governador Newton Cardoso, seu adversário. Se o mesmo acontecer com o PFL, adeus.

Seria muito mais penoso para o ministro das Minas e Energia romper o círculo de giz em que se encontra. Integra o governo Sarney, é amigo pessoal do presidente e conhece a inflexibilidade com que ele luta pelos cinco anos. Adotar outra atitude equivaleria ao rompimento total, inclusive de relações pessoais.

O tema comporta desdobramentos, possivelmente a ocorrerem esta semana e na próxima, tendo em vista as previsões de que antes do final do mês as disposições transitórias estarão votadas. Não parece fácil virar a tendência constituinte em favor dos cinco anos para Sarney, mas, se alguns políticos dispõem de condições para isso, serão precisamente Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves. Mais o ministro, um pouco menos o deputado, eles devem lealdade à Nova República e até ao governo, ainda que se comente, no reverso da medalha, que, no caso de Ulysses, sua lealdade maior é para com o PMDB. E, com respeito a Aureliano, que a Nova República poderia muito mais facilmente livrar-se da debacle, através de eleições presidenciais imediatas. Como as conversas continuarem, haverá que aguardar. O governo também não se descuida e dá prioridade absoluta ao assunto. Não foi de graça que, no sábado, os jornais publicaram declarações do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Depois de razoável silêncio, outra vez ele alertou para os perigos de uma eleição em novembro. Também foi aberta a porta de certos cofres, com a liberação de verbas para estados e municípios, o que faz de quase todos os governadores férreos aliados da confirmação dos cinco anos. De tudo, dá-se apenas notícia. C.C.